

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.603.133 - MT (2019/0309915-3)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORES : RONALDO PEDRO SZEZUPIOR DOS SANTOS - MT006479
CRISTIANE SAMPAIO DIOGO - MT023530
AGRAVADO : MONICA CARDOZO MENDONCA CURVO
AGRAVADO : MERCIA CRISTINA GUERRA ANTUNES FEIJO
AGRAVADO : MARCIA CRISTINA LEITE GUALBERTO
AGRAVADO : LUZIA LUCIENE DA SILVA
AGRAVADO : LUCILENE APARECIDA DA COSTA
AGRAVADO : JULIANA MARTINS DA ROCHA
AGRAVADO : JOAO DE MATOS
AGRAVADO : JOAO BATISTA SA
AGRAVADO : BEGAIL EUFRASIA DE FARIAS
AGRAVADO : ASSIS MONTEIRO LIMA
AGRAVADO : ADENAIR BEZERRA DIAS FILHO
ADVOGADO : MÁRCIA NIEDERLE - MT010458

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto manejado pelo Estado do Mato Grosso contra decisão que inadmitiu recurso especial com base na Súmula 83/STJ ante a existência de jurisprudência específica nesta Corte no mesmo sentido do aresto recorrido.

O agravante reitera a argumentação trazida no apelo extremo.

É o relatório.

Das razões expendidas, verifica-se que a parte insurgente não impugnou os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial, mormente quando a Corte de origem não abordou a existência de reestruturação da carreira dos servidores.

Desse modo, forçosa é a incidência do disposto no art. 932, III, do CPC (correspondente ao art. 544, § 4º, I, do CPC/1973), segundo o qual não se conhece do agravo que não ataca especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos seguintes termos:

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; (grifo acrescido)

[...]

Ademais, consoante o art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do

Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça, não se conhecerá do agravo em recurso especial que "não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida".

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

3. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, o conhecimento do agravo em recurso especial está condicionado à impugnação específica de todos os fundamentos da decisão que nega admissibilidade ao apelo nobre, sejam eles autônomos ou não. Precedentes.

[...]

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no AREsp 419.689/ES, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 8/6/2016)

Nesse sentido, os precedentes: AgInt no AREsp 880.709/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/6/2016; AgRg no AREsp 575.696/MG, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 13/5/2016; AgRg no AREsp 825.588/RJ, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 12/4/2016; AgRg no REsp 1.575.325/SC, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 1º/6/2016; e AgRg nos EDcl no AREsp 743.800/SC, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 13/6/2016.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC de 2015, correspondente ao art. 544, § 4º, I, do CPC de 1973, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator